SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas
Filiado à Conlutas

Segunda-feira, 23 de março de 2009 - Número 340 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Participe do Conselho de Base do Sintrajud nos dias 28 e 29 de março



Jesus Carlos

Os servidores irão aprofundar o debate sobre Plano de Carreira, assédio moral e jornada de 6 horas.
No sábado, haverá também assembléia para eleger delegados à XV Plenária da Fenajufe

Mobilização

Assembléia no TRE aprova plano de lutas e participação nas atividades do dia 30/03 **Página 3**



Orçamento

Estudo mostra que a Justiça devolveu ao executivo mais de R$ 150 milhões, que poderiam ser usados para pagamento dos passivos devido aos servidores

Página 6

Assédio moral

Em entrevista ao Jornal do Judiciário, o professor Herval Ribeiro fala sobre a violência moral no local de trabalho e a necessidade de combater esse mal

Páginas Centrais

30 de março é dia de luta

Conlutas e outras entidades sindicais realizam ato nacional dia 30/03 contra demissões e redução de direitos

Página 8



Kit Gaion

Opinião do Sintrajud

Viva a luta na França

Na última quinta-feira, dia 19, mais uma greve geral paralisou a França. Essa foi a segunda greve geral em menos de dois meses (a primeira foi em 29 de janeiro). Os franceses estão nas ruas contra a injeção bilionária de dinheiro público para socorrer banqueiros, enquanto cresce o desemprego e a ameaça de retirada de direitos dos trabalhadores daquele país.

No início do ano, a crise econômica e o desemprego já afetava 90 mil franceses, segundo dados do próprio governo. Nas últimas semanas, a demissão de mais de 500 trabalhadores de uma petrolífera, pouco tempo depois da empresa ter apresentado lucros de 13,9 milhões de euros. Os franceses também não aceitam o fato dos patrões terem aumentado para a 39 horas a jornada de trabalho, em 2007, e, depois de lucrar muito, agora estarem demitindo em massa.

Os servidores franceses mais uma vez dão exemplo de luta contra as injustiças sociais

Mas, os franceses estão decididos a não pagar pela crise criada pela ganância dos capitalistas. Segundo uma pesquisa realizada por um dos principais jornais da França, Liberation, a grande maioria da população apóia a jornada de greve, inclusive os eleitores de Sarkozy. Segundo o jornal, 65% dos entrevistados se dizem solidários à greve. Quanto os motivos para a paralisação, o apoio sobe para 78%, 53% entre os eleitores do governo.

No Brasil, a crise também já está chegando aos lares dos trabalhadores. A demissão em massa na Embraer, quarta maior fabricante de avião do mundo é um triste exemplo da situação. O Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, já anunciou também que serão cortados R$ 21,6 bilhões do orçamento, sendo R$ 1,066 bilhão dos gastos com pessoal e encargos sociais e outros R$ 7,65 bilhões dos benefícios previdenciários. O ministro já afirmou que isso implicará em adiar nomeações de novos servidores que foram aprovados em concursos e aguardam serem chamados. Isso implica que os servidores do Judiciário ficarão ainda mais sobrecarregados.

O anúncio de corte no orçamento e a queda do PIB brasileiro demonstraram que essa crise não é apenas uma "marolinha" e que é preciso a unidade e luta para impedir que nós, trabalhadores, paguemos a conta dessa crise.

Tomemos o exemplo dos franceses e vamos fazer do 30 de março a resposta, de todos os trabalhadores do Brasil, à crise.

IMAGEM KIT GAION



Chapa da Conlutas vence eleição histórica do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos contra CUT e Força Sindical

Idéias

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

A organização sindical é uma construção coletiva

Cecília Pereira

O dirigente sindical recebe seu mandato da maioria dos trabalhadores que se sentem dessa forma protegidos para lutar pela manutenção dos direitos historicamente conquistados, pelo resgate de direitos perdidos e por novas conquistas.

Uma das tarefas do dirigente sindical é visitar os locais de trabalho, ouvir, informar, esclarecer e, sempre que necessário, decidir em conjunto com os trabalhadores o que fazer. Isto significa que a atividade sindical nos locais de trabalho é a atividade que dá sustentação à organização sindical. É a instância em que acontecem as lutas pela dignidade e pela saúde do trabalhador.

No âmbito do Estado, não há interesse em ver garantida a concessão de liberdade de representação sindical nos locais de trabalho. Temos uma Constituição que nos garante o direito à organização sindical, todo um aparato legal que nos fala ambiguamente de direito de representação. No mundo real, não incentivam a organização sindical.

A questão da organização sindical se inicia nos locais de trabalho, mas perpassa-o ao fazer com que o trabalhador se aperceba dos problemas que acabarão por interferir no seu de local de trabalho, na sua vida e na vida de seus familiares.

O descontentamento dos trabalhadores com referência aos seus locais de trabalho são autênticas manifestações do descaso da administração pública, que toma decisões de forma personalíssima, sem ouvir, os trabalhadores que serão atingidos por suas resoluções. Cada mudança no local de trabalho tem que ser discutida com seus principais protagonistas. É nesse campo que se dá a atuação do sindicato e as administrações não expandem esse campo por seu próprio histórico autoritário.

Por isso, o trabalhador para se organizar não pode esperar ou depender de sanção dos poderes que defendem direitos antagônicos aos seus.

O cerceamento às atividades do dirigente sindical no local de trabalho atinge todos os trabalhadores. A organização sindical é uma construção conjunta dos trabalhadores e por isso mesmo depende de cada colega, de qualquer escalão, a compreensão da importância de cada um nessa construção, e de sua responsabilidade na continuidade dos trabalhos de um sindicato tão combativo como o nosso.

Veja Íntegra no site do sindicato: www.sintrajud.org.br

Maria Cecília Pereira, Fucionária do TRE, lotada na Astap-Seção de Jurisprudência e Diretora do Sintrajud

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br*, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

Frases

De Hoje:

"O PT é um partido que quer chegar ao governo; o PSDB é um partido que quer chegar ao governo. E no PMDB a cúpula se vende por quaisquer 2 mil réis e não quer chegar ao governo, que pegar uns carguinhos"
Senador Pedro Simon, falando do seu próprio partido que hoje dirige a Câmara dos Deputados e o Senado.

"Ocupar fazenda de banqueiro bandido é dever do povo brasileiro"
Protógenes Queiroz, delegado da Polícia Federal, em referência a ocupação da fazenda de Daniel Dantas por militantes do MST, no último dia 28.

"O aborto é mais grave do que o estupro"
Dom José Cardoso Sobrinho, arcebispo de Olinda justificando a excomunhão de pessoas que ajudaram no aborto de uma criança de 9 anos, estuprada pelo padrasto e grávida de gêmeos.

De Ontem:

"Mostre-nos o caminho que devemos seguir, e nós o seguiremos com você, mas não siga sem nós o caminho correto. Ele é sem nós o mais errado"
Bertold Brecht



- Ele tem razão. Faz parte da história mal contada.

Organização

Dias 28 e 29 têm reunião do Conselho de Base

Os servidores irão discutir problemas gerais e específicos da categoria

Para aprofundar a discussão sobre as campanhas por um Plano de Carreira, jornada de 6 horas sem redução de salário e contra o assédio moral no local de trabalho, o Conselho de base se reunirá nos dias 28 e 29 de março, na sede do Sintrajud, na R. Antonio de Godoy, 88, 15º andar. Os debates acontecerão das 10h às 18h.

Os membros do conselho também irão discutir como será a eleição da nova diretoria de base, que é o elo entre os servidores e a diretoria do Sindicato.

"Esse conselho de base se dá num momento muito importante. A crise econômica já atingiu diversos setores e nós, servidores públicos, temos que estar organizados e dispostos a enfrentar possíveis ataques que venham pela frente, como cortes de direitos e congelamento de salário", disse a diretora do Sintrajud Ana Luiza Figueiredo.

A reunião do Conselho é aberta a todos os sócios do Sindicato, porém somente as diretorias (executiva e de base) e representantes dos aposentados têm direito a voto.

Os interessados devem confirmar a presença até quinta-feira, dia 26, pelo telefone (11) 3222-5833, ramais: 222/ 224; ou por e-mail: secpolitica@sintrajud.org.br.

Assembléia Geral dia 28, a partir das 17h

No sábado, dia 28, a partir das 17h, acontecerá a assembléia geral do Sintrajud. Estão em pauta a Campanha Salarial de 2009, incluindo o Plano de Carreira e a Jornada de 6 horas (sem redução de direitos e salários) e a eleição dos delegados para a XV Plenária Nacional da Fenajufe, que vai acontecer em Manaus (AM), entre os dias 05 e 07 de junho.

A assembléia será na sede do sindicato: R. Antônio de Godoy, 88, Centro, 15º andar.

Assembléia no TRE define plano de lutas conjuntas e específicas

Reivindicações incluem emprego, direitos e questões específicas do tribunal. Servidores aprovaram participação no ato do dia 30 de março

O Sintrajud realizou assembléia setorial no TRE nesta quinta-feira, dia 19. Os servidores aprovaram a participação da categoria em três eixos de lutas: por empregos e direitos junto com os servidores públicos pela revisão anual dos salários e pelas reivindicações específicas dos trabalhadores do Judiciário, que incluem condições de trabalho, pagamento de passivos, entre outras.

No contexto de crise mundial, os servidores vão se solidarizar às lutas dos trabalhadores do setor privado, que sofrem com demissões e perda de direitos. Por isso, decidiram participar do ato do dia 30 contra as demissões, pela redução da jornada sem redução de salários e direitos como medida para conter o desemprego. A crise ainda não afeta diretamente os trabalhadores do setor público, mas como lembrou o diretor do Sindicato Antonio Melquíades, o Melqui, o governo deve passivos aos servidores, não paga e já liberou R$160 bilhões para banqueiros e empresários, que ainda assim demitiram trabalhadores. Na semana passada quando esteve em Brasília para cobrar reivindicações dos servidores, Melqui ouviu que com o argumento da crise, o governo já pretende atrasar ainda mais o pagamento dos passivos.

Para Melqui, o que os servidores têm recebido todos os anos é fruto de muita atuação política. Essa atuação deve aumentar ainda mais com o conjunto de todos os servidores públicos, diante dos projetos de lei que retiram direitos dos servidores e o desrespeito da data base. Na assembléia essa unidade das lutas de todos os servidores também foi aprovada.

Dentro do tribunal

Os problemas específicos do TRE foram apontados na assembléia. A dificuldade da organização sindical no tribunal é um dos principais problemas (veja na página 6). Só há dois diretores liberados para acompanhar toda a categoria. Por outro lado, o servidor Ely Veríssimo apontou a necessidade do Sindicato estar mais presente no TRE e acompanhar as mudanças que ocorrem frequentemente no tribunal. Equipamentos são comprados, prédios são alugados, reformas são feitas, setores mudam. "O Sindicato tem que acompanhar os gastos do tribunal, se o dinheiro público é bem utilizado e os problemas do dia-a-dia que afetam os servidores", disse. O diretor do Sindicato Cláudio Correa destacou a recente contratação da FGV para reestruturar dois setores do tribunal. Ele enfatizou a diferença de interesses de uma instituição privada e uma pública e como as sugestões dos trabalhadores do tribunal não são consideradas. "Há uma falta de confiança nos trabalhadores, que são taxados de ineficientes. No entanto, sabemos que boas idéias deixam de ser aproveitadas porque não nasceram da cúpula do poder", comentou.

• É hora de lutar! Não fique parado!
• Por direitos.
• Contra demissões.
• Pela jornada de 6 horas sem redução de salários.
• Pelo imediato pagamento dos passivos.
• Por um Plano de Carreira de qualidade.



Jesus Carlos

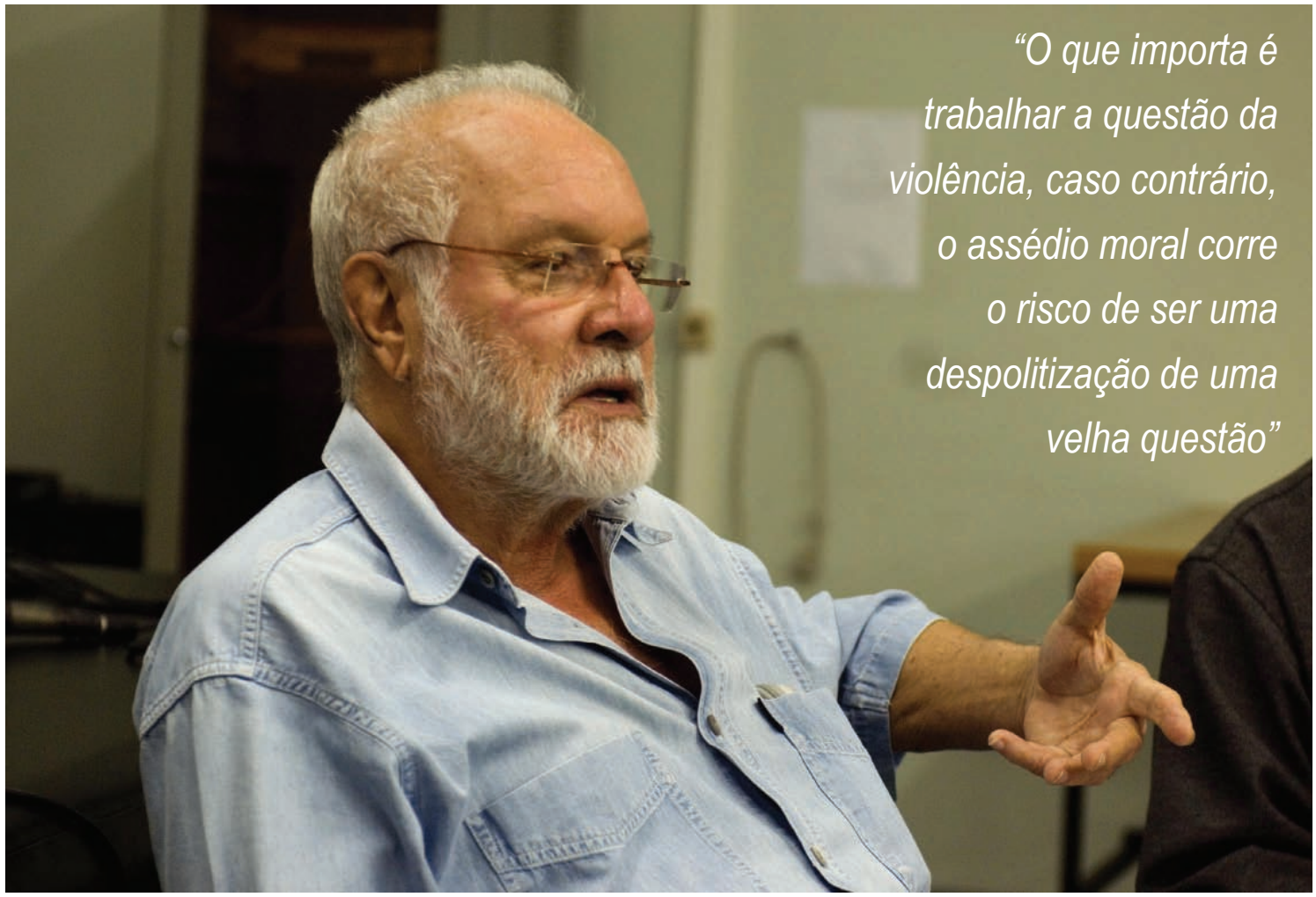
Diretora do Sintrajud, Cecília, na assembléia do TRE

Entrevista

Assédio moral: mais que um caso, uma violência diária

Especialista em saúde do trabalhador diz que o assédio moral no trabalho deve ser tratado como um fenômeno coletivo e pode ser encarado como um dano moral por ser uma violência.

Jesus Carlos



Para Herval Pina Ribeiro, o assédio moral no local de trabalho é na verdade uma versão contemporânea da violência do trabalho, que não é nova. Em sua opinião, esse tipo de violência ocorre no trabalho cotidianamente e não se restringe a relação interpessoal entre o assediador, o superior hierárquico, e sua vítima.

Herval defende que os casos crescentes de assédio moral são originários da violência do trabalho que sempre existiu no capitalismo industrial e faz parte do sistema de classes sociais. Para falar sobre esse tipo de violência e seus efeitos perversos que levam ao adoecimento e ao sofrimento dos trabalhadores, o Jornal do Judiciário entrevistou Herval.

Ele é médico, doutor em saúde do trabalhador, professor e pesquisador da Unifesp, autor de diversos livros sobre o tema. Durante sete anos realizou um projeto junto ao Sindicato do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

A pesquisa deu origem ao livro "O juiz sem a toga: um estudo da percepção dos juízes sobre trabalho, saúde e democracia no Judiciário", publicado em 2005, e em breve será publicado um outro livro sobre o estudo feito com os servidores. Leia a seguir trechos da entrevista. A íntegra está em www.sintrajud.org.br.

Jornal do Judiciário – O Sr. prefere utilizar o termo violência moral a assédio moral. Por que?

Herval – Faço a crítica porque não devemos substituir a expressão mais forte pela mais fraca. A expressão forte é violência, a fraca é assédio. O assédio é individualizado. Na medida em que se fala de assédio refere-se a alguém, um sujeito que assedia, que pode ser um juiz, um gerente, nunca a empresa ou a instituição. Na verdade a violência do trabalho e o autoritarismo do Judiciário só existem porque se olharmos para trás, percebe-se que o autoritarismo está no Judiciário. O assediador só faz isso, porque se admite que ele faça. Como podemos remeter a um terceiro para decidir sobre isso? A quem o assediado vai recorrer? Vai reportar ao Judiciário, onde se pratica a violência? Para evitar a violência é preciso haver uma atitude política, lidar com a questão enquanto fenômeno coletivo, não individual. O que importa, na verdade, é trabalhar a questão da violência. Caso contrário, o assédio moral corre o risco de ser uma despolitização de uma velha questão.

JJ – Como politizar a questão?

H – Organizando os trabalhadores contra a violência institucional. Não se pode delegar as decisões de questões políticas para que pessoas ajuízem. Isso é um equívoco. Quem faz com que os avanços aconteçam, por exemplo, é uma greve, é uma paralisação, uma manifestação coletiva. Não é o juiz sentado que vai decidir se algo é válido ou não.

JJ – A aprovação dos projetos de lei que penalizam os responsáveis pelo assédio ajudaria no combate?

H – Não, o que não falta neste país é lei. Já existe a lei de dano moral. Para que mais leis sobre assédio moral? Temos que mudar a sociedade todos os dias. Para resolver problemas dessa ordem, temos que discutir, por

exemplo, qual é a relação que deve existir entre chefia e subordinado. Não se trata de prescrever, mas de democratizar, construir o debate pelas bases, não de cima para baixo.

"As funções comissionadas são uma forma de controle que divide a classe trabalhadora"

JJ – Como o Sr. analisa a questão das Funções Comissionadas, distribuídas sem critérios objetivos? É um agravante para essa violência?

H – Sim, para quem está submetido. Mas essa é uma estratégia precisa, corretissíma por parte de quem usa o poder. No Plano de Cargos e Salários do Judiciário Estadual de SC tentaram extinguir os cargos em comissão, porque na medida em que existem cargos em comissão existem "gerentes", aqueles que fazem o chamado "assédio moral". Livra-se a carapuça do juiz ou do administrador e passa a "responsabilidade" para quem tem FC porque ganha mais. E se cria para poder retirar a qualquer momento. Não incorpora no salário, na aposentadoria. É uma forma de controle que divide a classe trabalhadora.

JJ – Como essas violências são refletidas no adoecimento do trabalhador?

H – Um dos elementos que causa profundo sofrimento, e não é só psíquico, é não identificar o que está causando o sofrimento, o adoecimento. Uma pessoa que sabe o que está acontecendo tem processos de defesa muito mais adequados de poupar-se e não adoecer. Não adoecemos somente por problemas genéticos, o que pesa mais é o viver na sociedade e nas relações produzidas dentro dela. 89 mil casos dos benefícios concedidos pela previdência social, entre 2006 e 2007, foram por lesões por esforço repetitivo. É um signo que coloca uma questão de uma doença que emerge com a reestruturação produtiva do trabalho no mundo inteiro. A segunda maior causa são os transtornos psíquicos. É um dos fenômenos do que está acontecendo, e os trabalhadores precisam conhecer. Todo modo de produção se esgota, o sistema capitalista chegou ao limite. A crítica à sociedade de consumo não deve ser uma critica moralista, mas se alimentarmos a ilusão de que cada um pode ter um carro num mundo que tem 6 bilhões de pessoas, não há nem matéria-prima para isso. Ainda temos a crise, quando quem mais sofre são os trabalhadores, sempre foi assim. Quando uma empresa fali, quem fali é a empresa não é o dono da empresa.

JJ – Na sua opinião, o que os sindicatos podem fazer?

H – Os sindicatos precisam se apropriar do conhecimento. O sindicalista deve entender o que está acontecendo e a partir daí construir uma proposta estratégica para os sindicatos. Não pode ser um lugar comum. O Sindicato não pode só discutir a prática sindical. Só se combate uma violência institucional quando se tem consciência do que ela seja. O sindicato precisa trabalhar teoricamente a questão da violência para escolher as suas estratégias. A palavra violência individualizada não cabe, mas discutir a questão do autoritarismo é fundamental, por não ser social e legítimo, mas acabar sendo legitimado. Vale lembrar, que os juizes também estão adoecendo, mesmo com um bom salário. Isso mostra que o dinheiro não é tudo. ●

Expressão "assédio moral" foi traduzida do francês "harcèlement moral"

Segundo Herval Ribeiro, a expressão "assédio moral" é fruto da tradução do livro da psicanalista francesa Marie-France Hirigoyen, "La harcèlement moral", de 1998. No entanto, ele afirma que literalmente a palavra "harcèlement" significa "ação de molestar", o que seria sinônimo de ofender, causar dano. Por isso, o assédio, para Herval, pode ser considerado um dano moral e julgado como tal.

Jesus Carlos



Professor Hervalparticipou de debate durante Semana do Servidor do ano passado

Notas

Mais uma vitória do Departamento Jurídico

Neste mês Departamento Jurídico do Sintrajud conseguiu, por meio de um requerimento administrativo, a revisão de aposentadoria integral por invalidez de servidor do TRE, onde foi assegurado o enquadramento do benefício e do cálculo pelas regras da EC nº 20/98, o pagamento retroativo à data da aposentadoria e das diferenças do cálculo tratado.
O valor da aposentadoria do servidor será igual ao seu último salário quando estava na ativa e as correções serão feitas sempre na data e pelo mesmo índice do reajuste dos servidores da ativa, além de receber os valores retroativos à data de sua aposentadoria.

CSJT faz recomendações para a remoção na JT

No final de fevereiro, o presidente do TST e do CSJT, ministro Rider Nogueira de Brito, encaminhou aos Tribunais Regionais do Trabalho a Recomendação nº 07/2009. Nela há diversos critérios uniformes sobre como efetuar a remoção, já que as administrações dos TRTs haviam estabelecido diversas interpretações sobre como proceder. De acordo com o Departamento Jurídico do Sindicato, duas recomendações, em especial, contemplam antigas reivindicações dos servidores, a 12 e a 13:
"Recomendação 12. Os servidores cedidos à época por força de decisão judicial estão alcançados pelos critérios estabelecidos no artigo 15."
"Recomendação 13. Os servidores removidos poderão optar pela percepção dos benefícios relativos à alimentação, pré-escola e saúde do órgão em que estejam em exercício ou do órgão de origem; o auxílio transporte será pago pelo órgão em que o servidor estiver em exercício."

Aposentados

Na última reunião do Núcleo dos Aposentados foi discutido a questão dos passivos, foram apresentadas também informações sobre todas as ações coletivas movidas pelo Sindicato e a proposta de Plano de Carreira dos servidores, que defende a isonomia entre ativos e aposentados. O núcleo reúne-se toda quarta-feira, às 15h.

OAB-RJ defende que magistrados sejam proibidos de utilizar carros oficiais

O presidente da Seccional da OAB do Rio de Janeiro, Wadih Damous, defendeu hoje (18) a proibição pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) do uso de carro oficial pelos magistrados de todos os Tribunais do país. Segundo Damous, somente os cargos de direção dos Tribunais - presidente e corregedor - deveriam ter carro oficial à disposição e, mesmo assim, apenas para uso oficial e não para uso particular. "Se todo trabalhador paga pelo seu transporte porque com os juízes tem que ser diferente?".

Orçamento

Estudo revela que tribunais devolveram ao governo federal mais de R$ 157 milhões

Os tribunais poderiam ter usado essa verba para pagar os passivos devidos aos servidores

Nesta semana, o departamento econômico do Sintrajud concluiu um estudo das sobras orçamentárias que as administrações da Justiça Federal (Nacional), TRE (São Paulo) e TRT da 2ª região tiveram em 2007. Elaborado a partir de informações do Congresso Nacional, o estudo mostra os expressivos montantes que os tribunais devolveram ao Executivo por não terem liquidado ou incluído os valores em restos a pagar durante o ano de 2008.

O caso mais gritante acontece na JF, que devolveu R$137,6 milhões. De acordo com o coordenador do departamento Econômico do Sintrajud, Washington Lima, responsável pelo estudo, um terço dessa quantia, R$ 40,6 milhões, estava destinado à Administração da Unidade, mas há valores significativos perdidos em quase todos os projetos e atividades importantes.

No que diz respeito às despesas de pessoal, não foram executados R$4,3 milhões para o Pagamento de Pessoal Ativo, R$3,4 milhões para o Pagamento de Aposentadorias e Pensões e R$36 milhões para a Contribuição da União à Previdência dos Servidores.

Em relação ao TRT da 2ª região foram devolvidos mais de R$ 17 milhões, destes, R$ 8 milhões estavam destinados para a Administração da Unidade. Também não foram executados, segundo o estudo, R$ 4,5 milhões para a Contribuição da União à Previdência dos Servidores. "Esta é uma despesa de pessoal, cujos recursos, poderiam ter sido remanejados para o pagamento dos passivos aos servidores durante o ano", afirmou Washington.

Embora a perda do TRE de São Paulo tenha sido menor, ainda é considerável, somando R$ 2,2 milhões. Desses, R$ 1,7 milhões (78%) estavam destinados à Administração da Unidade. De acordo com o estudo, em proporções menores, mas ainda com valores importantes, foram perdidos R$ 175 mil para a Contribuição da União à Previdência dos Servidores, R$ 59 mil para o Pagamento de Pessoal Ativo e R$ 67 mil para a Capacitação de Recursos Humanos.

"Essas sobras demonstram o desrespeito que as administrações têm com os servidores. Todos os anos sobram recursos e as administrações optam por devolver o dinheiro ao governo federal do que quitar as dívidas com os servidores. Fato que não acontece com os juizes, que sempre são os primeiros a receber os passivos", afirmou a servidora do TRF3 e diretora do Sintrajud Ana Luiza Figueiredo. "Com a crise econômica, essa situação tende a piorar, pois o governo perderá fontes de arrecadação. Neste cenário, o dinheiro devolvido fará muita falta aos servidores. Isto é um dos sinais para que o servidor fique alerta para ir à luta em defesa de seus interesses", concluiu.



Livre organização

A atividade sindical exige colaboração no local de trabalho

Para cumprir seu mandato sindical o dirigente precisa, muitas vezes, se ausentar do serviço em benefício do conjunto da categoria

Mobilizar os servidores para lutar por melhores salários, contra o assédio moral, para garantir direitos e tentar resolver os problemas que surgem no dia-a-dia no local de trabalho é uma tarefa a mais que o dirigente sindical tem que incorporar no seu cotidiano e precisa ser respeitada e garantida pelas administrações dos tribunais.

Entretanto, assim como há o assédio moral dos chefes em cima dos servidores, o assédio aumenta quando este servidor é também um dirigente sindical.

No TRE, essa prática tem aumentado nos últimos anos. Para cumprir bem seu mandato sindical, para qual foram eleitos pela maioria dos servidores, os dirigentes precisam se ausentar do local de trabalho para cumprir suas tarefas. O exercício da atividade sindical no serviço público não foi benesse, mas fruto da organização e luta, inclusive contra o autoritarismo que não permitia organização sindical no setor.

Para o diretor do Sindicato Démerson Dias, a categoria precisa estar atenta não só para garantir o direito constitucional de organização, como a possibilidade da direção exercer seu mandato. "As pessoas, inclusive chefias e direções não gostariam de ganhar metade do que ganham, então porque o dirigente deve trabalhar pela metade? Nossa dedicação à categoria está acima até da nossa vida pessoal, se até isso nós sacrificamos, todos precisam dar sua parcela de contribuição".

Não deixa de ser uma forma de assédio alguém considerar que o dirigente se ausenta por motivos pessoais, geralmente é em favor até de quem está contestando a ausência.

Questões como o enquadramento no B17 e a possibilidade de remoção são exemplos de questões que dependeram de grande dedicação dos dirigentes que estão nos locais de trabalho.

Ele lembra também que atividade sindical não é um direito individual, mas atinge a coletividade. "No caso específico do TRE de São Paulo, já que a administração, diferente da maioria dos tribunais, não ajuda em nada, deveria pelo menos tentar atrapalhar menos. As conquistas do sindicato beneficiam inclusive os que tentar combater a atividade sindical só que, diferente destes, nós somos democráticos", finalizou Démerson.

Protocolo de intenções

TRF/JF poderá mudar para o Itaim Bibi

Servidores preocupam-se com a mudança para um local de difícil acesso e com trânsito carregado

No dia 5 de março, a presidente do TRF, desembargadora Marli Ferreira, assinou um protocolo de intenções com o INSS e a Caixa Econômica Federal com o objetivo de receber a doação de uma área de 237.665 m² no complexo Parque do Povo, no Itaim Bibi, na zona sul de São Paulo.

De acordo com a desembargadora, o projeto é construir um prédio no próprio local e, dessa forma, economizar os aluguéis pagos atualmente. Segundo ela, a construção já poderá ocorrer na próxima gestão.

Apesar da presidente do tribunal e as autoridades presentes na cerimônia terem comemorado a doação, servidores e os moradores da região do Parque do Povo ficaram preocupados. O parque foi inaugurado em outubro do ano passado e está localizado entre a Avenida Cidade Jardim, a Avenida Nações Unidas e a Rua Henrique Chamma.

Segundo a servidora do TRF Fernanda Marques, os servidores já estão comentando o projeto da mudança e a notícia não foi bem recebida. Para ela, apesar de concordar que o TRF cresceu e não tem mais estrutura, o local seria péssimo.

Já o servidor da JF Valdir Amado ressalta que na região do Parque não há metrô, e "o trânsito da região é complicado". Além das dificuldades de acesso, ele acredita que deveria ser feita uma consulta aos funcionários, que teriam que mudar de local de trabalho.

Trânsito

O morador da rua em frente ao Parque do Povo, Eduardo Dias, ficou preocupado quando soube da intenção da construção do TRF/JF. Ele conta que o bairro já não comporta mais empreendimentos, não há vagas para estacionar, nem nos estacionamentos. "Chego a ficar 40 minutos parado no trânsito na minha rua. A situação vai complicar ainda mais, pois está para ser inaugurado um prédio de grande porte do banco Santander ", conta.

De acordo com a presidente da Caixa Econômica, Maria Fernanda Ramos Coelho, a área do parque já está cedida à Prefeitura, "as áreas remanescentes" seriam para a construção do TRF/JF.

Opinião do Servidor



"O trânsito naquela região é muito complicado. É preciso consultar os servidores que teriam que mudar o local de trabalho".

Valdir Amado, diretor de base e servidor da JF

"O lugar é distante para a população em geral e de difícil acesso. Seria melhor para todos uma região central. A Cracolândia seria mais viável e contribuiria para a revitalização do centro".



Fernanda Marques, Diretora de base e Servidora do TRF.

fotos: Herval Ribeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA 24ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade *(conforme parágrafo 1º do artigo 25)*, faz saber que fará realizar a **24ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE DO SINTRAJUD,** nos dias 28 e 29 de março do ano corrente, das 10h às 18h, em primeira convocação – no auditório sindicato – Rua Antônio de Godoy nº 88 – 15ª andar.

PAUTA:

1. Análise de conjuntura nacional e internacional;
2. Campanhas:
2.1 Plano de Carreira;
2.2 Jornada de 6 horas sem redução de direitos e salários;
3. Eleição da Nova Diretoria de Base;
4. E outros assuntos da categoria.

A 24ª Reunião do Conselho de Base será aberta para todos os associados, com direito a voz, competindo apenas a Diretoria Executiva, Direção de Base e Representantes dos Aposentados, o direito a voz e voto.
Para que os eventos do sindicato sejam realizados com empenho e organização, pedimos aos interessados, a confirmação de presença até o dia 26 de março de 2009 (quinta-feira) com a Secretaria da Diretoria – tel (11) 3222-5833 ramais: 222 ou 224 e/ou por e-mail: secpolitica@sintrajud.org.br, para viabilizarmos o transporte e hospedagem.

São Paulo,16 de março de 2009

Démerson Dias
Coordenador Geral
Ana Luiza de F. Gomes
Coordenadora Executiva

Jornal do Judiciário

Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672
Editora: Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista
Colaborador: Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Bernardo Rivera
Tiragem: 13.000

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

30 de março é dia de luta

Como parte das atividades do dia nacional de luta, será realizado no dia 30/03, um debate sobre a crise econômica no TRT/Barra Funda.

A Conlutas e demais entidades sindicais estão convocando um dia nacional de mobilizações no dia 30 de março. De norte a sul do país haverá passeatas, paralisações, atos públicos, entre outras formas de protestos para impedir que essa crise caia nas costas dos trabalhadores.

Em São Paulo, haverá mobilizações em diversas categorias. Haverá também um ato no Masp, na avenida Paulista, às 15 horas.

Essa é a primeira mobilização unificada dos trabalhadores em resposta à crise econômica que se alastra por todo o mundo e que já chegou ao Brasil.

Para o diretor da Fenajufe e servidor do TRF, Cláudio Klein, a crise econômica é uma realidade no país. "O governo brasileiro e os patrões querem jogar esta conta nas costas dos trabalhadores. Mas essa crise é deles e são eles que devem pagar por ela", ressaltou.

Para Klein, é hora de unificar todos os setores, servidores e trabalhadores da iniciativa privada, para construir uma forte resistência para que os direitos, empregos e salários sejam garantidos.

Recuo

TRT considera demissões abusivas e condena Embraer a pagar indenização maior

Na quarta-feira 18, os desembargadores do TRT 15ª região julgaram o dissídio coletivo impetrado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Conlutas e outras entidades que exigia a reintegração dos 4.270 demitidos em fevereiro pela Embraer.

Embora não tenham reintegrado os trabalhadores, os desembargadores consideraram as demissões abusivas, pois não houve negociação com o sindicato. A Justiça também condenara a Embraer a pagar dois avisos prévios com o teto de R$ 7 mil por trabalhador e manter o convênio médico familiar por um ano, a partir de 13 de março. O Sindicato não concorda com as demissões e vai recorrer ao STF.

Os trabalhadores ainda terão prioridade no caso de novas contratações e receberão todos os direitos e salários referentes ao período em que as demissões estavam suspensas.

As demissões foram suspensas no final de fevereiro por força de uma liminar do presidente do TRT da 15ª, o desembargador Luís Carlos Cândido Martins Sotero, solicitada pelo Sindicato dos Metalúrgicos.

Campanha pela reestatização

Na quarta-feira 11, mais de 150 pessoas se reuniram na Câmara de Vereadores de São José dos Campos (SP) para o lançamento da campanha pela reestatização da Embraer e contra as demissões.

Organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José e pela Conlutas, o ato demonstrou que a única saída para esta crise é a unidade na luta e a mobilização dos trabalhadores. Eles exigiram do governo Lula que a empresa seja novamente patrimônio do povo brasileiro.

Segundo o balanço da empresa, entre 2005 e 2007, os acionistas receberam R$ 1,22 bilhão, cerca de 60% de todo lucro da empresa no período. Completando o quadro, a assembléia geral de acionistas aprovou a distribuição de R$ 50 milhões, para o período de maio de 2008 e abril de 2009, para os administradores e integrantes dos comitês do Conselho de Administração.

Ao mesmo tempo em que acionistas e administradores investem mal o dinheiro da empresa e recebem bônus por isso os trabalhadores perdem seus empregos.

Chapa da Conlutas vence com 69,08% dos votos em São José

Nos dias 11 e 12 de março, mais de 10 mil metalúrgicos de São Jsoé dos Campos foram às urnas e decidiram pela continuidade da luta na categoria, elegendo a chapa da Conlutas com 69% dos votos. A chapa da CUT obteve 25% e a da Força Sindical 4,9%.

Essa vitória reafirma que "os metalúrgicos querem o seu sindicato no caminho da luta e da defesa dos empregos, salários e direitos. Ficou demonstrado que os trabalhadores querem a continuidade de um sindicato combativo e classista", disse Vivaldo Moreira, atual diretor do Sindicato e presidente eleito da entidade.

Curso do Sindicato debate a opressão da mulher no capitalismo

Como março é o mês do Dia Internacional de Luta da Mulher, no sábado, dia 14, mulheres se reuniram no Sintrajud para participar do curso promovido pelo Coletivo de Formação e organizado pelo Ilaese – Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos. O objetivo era debater a situação da mulher na sociedade atual e entender a sua posição. O encontro mostrou que falar de mulheres não é uma questão de rivalidade entre homens e mulheres. Como afirmou Nívia Leão, que conduziu o curso, numa sociedade dividida em classes, as mulheres assumem papéis diferentes de acordo com a classe que pertencem. A mulher trabalhadora é duplamente explorada e oprimida. Leia artigo sobre o curso em www.sintrajud.org.br.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores, em conformidade com o Estatuto da entidade faz saber que se fará realizar **Assembléia Geral Extraordinária, dia 28 de março de 2009 (sábado), às 17h, em primeira convocação. Local: No auditório do Sintrajud (R. Antonio de Godoy, 88, 16ª andar – Centro/SP).**

Pauta:
Campanha Salarial 2009;
Plano de Carreira, Jornada de 6h, Data Base;
Eleição dos delegados à Plenária XV Plenária Nacional da Fenajufe, dias 05,06,07 de junho de 2009, Hotel Tropical Manaus, em Manaus – AM.
Outros Assuntos.

São Paulo, 19 de março de 2009.
Démerson Dias
Coordenador Geral

Ana Luiza de Figueiredo Gomes
Coordenadora Executiva